

SIMULADO DE DIREITO INTERNACIONAL PARA PROVA DA OAB/RJ

ALEXANDRE MAGALHÃES DE MATTOS

Advogado graduado pela Universidade Estácio de Sá

- Pós-graduado em Direito Empresarial pela Universidade Estácio de Sá
- Pós-graduado em Direito Internacional pela ESA – OAB/RJ

Analista de Sistemas graduado pela Faculdade Nuno Lisboa

- Pós-graduado em *Desktop Publishing* pela LM University – Minneapolis – EUA
- Pós-graduado em Análise de Sistemas pela PUC-RJ

Professor

- Cursos Esfera, Aprimore, Meritum e Toga
- Universidade Estácio de Sá e Santa Úrsula
- Kuperman & Monteiro (Treinamento de peritos da PF)
- IBPI (Instituto Brasileiro de Pesquisas em Informática)

- Membro da CDTI – Comissão Direito e Tecnologia da Informação – OAB/RJ.
- Membro do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros e integrante da Comissão Permanente de Direito Internacional.

Eventos

- Professor responsável pelo curso de Documento Eletrônico e Certificação Digital (certificação de advogados e Peticionamento Eletrônico) realizado no IAB em Dezembro de 2009.
- Palestrante do 1º Seminário Jurídico Solidário promovido pelo Meritum Estudos Jurídicos em Agosto de 2008 com os temas “A União Européia e as Novas Regras de Deportação”, “Franquia: Direitos e Deveres de Franqueados e Franqueadores” e “Crimes de Internet e as alterações Código Penal”.
- Palestrante do V Encontro de Pesquisadores de Direito promovido pela UNESA em Agosto de 2005 com o tema “A Lei 84-D e a criação dos crimes de internet no Código Penal Brasileiro”.

Publicações

- do artigo **Privacidade de dados – Quem fiscaliza os armazenadores** publicado em novembro/10 na Tribuna do Advogado – OAB/RJ.
- Autor do artigo **A Ciber Guerra chegou para ficar** publicado em julho/09 na Revista Mural – OAB/RJ.
- Autor do artigo **A nova lei de deportação da UE** publicado em outubro/08 no Jornal Mural – OAB/RJ.
- Colaborador na resolução de questões de Direito Comercial no livro **EMERJ – Prova de Ingresso** publicado pela editora Espaço Jurídico no segundo semestre de 2008.
- Autor do livro **Direito Internacional para Exame da OAB** publicado pela editora Espaço Jurídico no primeiro semestre de 2007.
- Autor do artigo **Atletas Cubanos: quando a deportação foge a regra**, publicado em setembro de 2007 no Jornal Mural.
- Autor do artigo **A Lei nº 89/2003 e os crimes de informática**, publicado em junho de 2006 no Informativo do Curso Fraga.
- Autor do artigo **O PLC 89/2003 e os crimes de informática**, publicado em maio de 2006 no Jornal Mural.

SIMULADO – DIREITO INTERNACIONAL

- 01) Carla, brasileira, residente nos EUA, tem lá um filho de nome Paul em 1998. Sabendo-se que o pai é o embaixador inglês naquele país, cuja lei pessoal adota o princípio do *ius sanguinis*, e supondo-se que os EUA adotam o princípio do *ius soli e sanguinis*, pergunta-se: Qual(is) a(s) nacionalidade(s) de Paul que mora no Brasil desde 2005 com os avós maternos?
- Apenas americana e inglesa;
 - Apenas brasileira e inglesa;
 - Terá as três nacionalidades;
 - Apenas brasileira e americana.
- 02) Sobre o instituto jurídico do passaporte está errada a afirmativa:
- Conceder-se-á passaporte diplomático aos Governadores do Estado;
 - O passaporte comum é válido por até cinco anos, improrrogáveis;
 - As autoridades brasileiras concederão ao apátrida (estrangeiro de nacionalidade indefinida) um passaporte para estrangeiro de cor amarela;
 - O *laissez-passer* poderá ser concedido ao estrangeiro no Brasil pela Justiça Federal no lugar onde o estrangeiro se encontrar.
- 03) O órgão competente para conceder o status de refugiado no Brasil é:
- A Cáritas Arquidiocesana;
 - O Ministério das Relações Exteriores;
 - O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados;
 - O Comitê Nacional para Refugiados.
- 04) Qual das características abaixo NÃO diz respeito ao instituto jurídico da extradição:
- É a forma processual admitida, de colaboração internacional, para fazer com que um infrator, refugiado em um país, se apresente ao juízo competente do outro país onde o crime foi cometido;
 - Constitui sanção administrativa, concretizada por ato do Exmo. Sr. Presidente da República;
 - É passível de regulamentação em Acordo ou Tratado internacional, ou ainda, tem sua concessão vinculada a promessa de reciprocidade de tratamento;
 - O estrangeiro é entregue ao país que o reclama, para fins repressivos.
- 05) Não é sujeito de direito internacional público capaz de figurar em tratados internacionais:
- a Santa Sé;
 - o Estado Soberano;
 - a Organização Internacional;
 - a Empresa Pública.
- 06) Não são exemplos de Organizações Internacionais:
- A OIT e o Mercosul;
 - A ONU e a OEA;
 - A Liga das Nações e a Liga Árabe;
 - A Liga Árabe e a União Africana.
- 07) Em relação ao Tribunal Penal Internacional (TPI), é CORRETO afirmar que:
- A exemplo da Corte Internacional de Justiça tem sua jurisdição restrita a Estados cujos nacionais pratiquem graves violações de direito internacional humanitário, os chamados crimes de guerra, de crimes contra a humanidade ou de genocídio.
 - É um tribunal permanente capaz de investigar e julgar indivíduos acusados das mais graves violações de direito internacional humanitário, os chamados crimes de guerra, de crimes contra a humanidade ou de genocídio.
 - Funcionará como segunda instância para os Tribunais de crimes de guerra da Iugoslávia e de Ruanda, criados para analisarem crimes cometidos durante esses conflitos.

- d) É um tribunal permanente capaz de investigar e julgar indivíduos acusados das mais graves violações de direito internacional humanitário cuja jurisdição retroage à sua instauração em 2002.
- 08) Plenos poderes significam um documento expedido pela autoridade competente de um Estado e pelo qual são designadas uma ou várias pessoas para representar o Estado na negociação, adoção ou autenticação do texto de um tratado, para manifestar o consentimento do Estado em obrigar-se por um tratado ou para praticar qualquer outro ato relativo a um tratado”. Convenção de Viena sobre direito dos tratados, de 1969, art. 2º, § 1º, alínea C. Algumas pessoas, em virtude de suas funções, estão dispensadas do documento acima referido para a realização de todos os atos relativos à conclusão de um tratado. São elas:
- a) os presidentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - b) os chefes de missão diplomática e os cônsules.
 - c) os representantes dos Estados perante uma organização internacional.
 - d) os chefes de Estado, de governo e os ministros das Relações Exteriores.
- 09) Entre as questões importantes a serem decididas pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, encontram-se as recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, a eleição dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança, a admissão de novos membros, bem como a suspensão de direitos e privilégios de membros e sua expulsão. Nessas questões, a Assembleia decide por
- a) maioria dos membros presentes e votantes.
 - b) dois terços dos membros presentes e votantes.
 - c) dois terços dos membros presentes e votantes e os membros permanentes do Conselho de Segurança.
 - d) novos votos afirmativos, nestes incluídos os membros permanentes do Conselho de Segurança.
- 10) Em razão de sua natureza descentralizada, o direito internacional público desenvolveu-se no sentido de admitir fontes de direito diferentes daquelas admitidas no direito interno. Que fonte, entre as listadas a seguir, não pode ser considerada fonte de direito internacional?
- a) Tratado.
 - b) Decisões de tribunais constitucionais dos Estados.
 - c) Costume.
 - d) Princípios gerais de direito.
- 11) Em determinado Estado, um agente diplomático estrangeiro envolveu-se em um acidente de trânsito, causando a morte de um pedestre. Nessa situação, diante do homicídio culposo,
- a) o Estado acreditado pode julgar o agente diplomático estrangeiro, por tratar-se de crime que não tem qualquer relação com a função diplomática.
 - b) o Estado acreditado só pode julgar o agente diplomático se ele renunciar expressamente à imunidade de jurisdição.
 - c) o agente diplomático somente poderá ser julgado no Estado acreditado se o Estado acreditante renunciar expressamente à imunidade de jurisdição.
 - d) em nenhuma hipótese é possível o julgamento do agente diplomático, por ser irrenunciável a imunidade de jurisdição.
- 12) A Corte Internacional de Justiça tem uma competência contenciosa e uma competência consultiva. Na primeira, somente podem ser partes perante a Corte
- a) organizações internacionais intergovernamentais.
 - b) Estados.
 - c) empresas internacionais e pessoas privadas.
 - d) organizações não-governamentais.
- 13) No que diz respeito às relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.

- I. o processo e julgamento da extradição requisitada por Estado estrangeiro cabe ao Supremo Tribunal Federal sendo, igualmente, desse órgão a competência para mandar cumprir pedidos de citações, inquirições e outras diligências necessárias à instrução de processos submetidos ao julgamento de autoridades alienígenas, responsáveis por tais solicitações;
 - II. é válida a ordem de prisão contra extraditando emanada de autoridade alienígena investida, nos termos da legislação de seu país, de atribuição para decretar a custódia, ainda que aquela autoridade não integre o Poder Judiciário do Estado estrangeiro;
 - III. o órgão jurisdicional brasileiro não deve indeferir pedido de extradição com apoio no argumento de que o ordenamento jurídico, vigente no Estado estrangeiro, não é capaz de garantir ao extraditando o devido processo legal com ampla defesa contraditório e tratamento igualitário entre as partes perante o juiz natural;
 - IV. admite-se a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins na forma da lei
- ANALISANDO AS ACERTAVAS ACIMA PODE-SE AFIRMAR QUE:
- a) estão certas as de números I e II;
 - b) estão certas as de números II e III;
 - c) estão certas as de números II e IV;
 - d) estão certas as de números I e IV.
- 14) A Constituição Federal reconhece a condição de brasileiro naturalizado aos originários de países de língua portuguesa que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigindo, nesse caso, apenas
- a) residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - b) residência há mais de quinze anos ininterruptos e ausência de condenação penal.
 - c) residência permanente no País e reciprocidade de tratamento em favor de brasileiros no país de origem.
 - d) residência na República Federativa do Brasil e opção expressa, depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
 - e) prestação de serviço à República Federativa do Brasil e maioria legal.
- 15) Considere a situação hipotética em que o Estado A decide acionar o Estado B, perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ), em razão do descumprimento, por parte do segundo, de tratado sobre restituição de obras de arte. Com relação a essa situação:
- a) Julgada a causa, a sentença é obrigatória para as partes em litígio.
 - b) Segundo o Estatuto da CIJ, a matéria em litígio não é de sua competência.
 - c) A ação somente pode ser conhecida se ambos os Estados tiverem aceito a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória.
 - d) Caso nenhum juiz da CIJ seja nacional dos dois Estados em questão, esses Estados poderão indicar juízes *ad hoc* previamente aprovados pelo Conselho de Segurança da ONU.
- 16) A escravidão e o tráfico de escravos, graves violações aos direitos humanos, estão hoje proscritos pelo direito internacional. À luz das normas de direito internacional aplicáveis ao tema, marque a opção errada.
- a) Atos de escravidão, em determinadas circunstâncias, podem constituir crimes contra a humanidade.
 - b) É nulo todo tratado que regulamente o tráfico de escravos entre dois ou mais Estados.
 - c) A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) enumera as normas imperativas de direito internacional (*jus cogens*), entre as quais, a proibição da escravidão.
 - d) O tráfico de pessoas como modalidade de crime organizado internacional não se limita à exploração de mão de obra escrava.
- 17) Recentemente, o processo de ratificação da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, após quarenta anos de sua firma, foi concluído pelo Brasil
- a) com salvaguarda referente a normas imperativas de direito internacional.

- b) com salvaguarda referente ao descumprimento de tratados mediante a alegação de razões de direito interno.
 - c) de forma isenta de reservas, pois o tratado dos tratados não contempla salvaguardas.
 - d) com salvaguardas.
- 18) Considera-se que as organizações internacionais alcançaram importância inegável na vida contemporânea, a ponto de se afirmar que não há atividade humana que não seja — direta ou indiretamente — influenciada pelo trabalho de, pelo menos, uma organização internacional. À luz das normas de direito internacional aplicáveis ao tema, marque a opção correta.
- a) Todos os atos adotados no seio de uma organização internacional são juridicamente obrigatórios para seus Estados-membros; caso violados, podem acarretar a responsabilidade internacional do Estado.
 - b) O tratado constitutivo de uma organização internacional está sujeito às normas da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969).
 - c) Em atendimento ao princípio da igualdade soberana dos Estados, toda decisão de uma organização internacional deve ser adotada por unanimidade ou consenso.
 - d) O MERCOSUL não é uma organização dotada de personalidade jurídica de direito internacional.
- 19) Considerando o conceito e o fundamento da extradição, marque a opção correta:
- a) O Estado brasileiro autoriza a extradição de brasileiros natos envolvidos na prática de crime de tráfico de drogas.
 - b) Fundada em tratado, a demanda extradicional pode ser sumariamente recusada pelo Estado requerido.
 - c) Não haverá extradição nos casos em que não houver processo penal contra o extraditando ou pena a ser por ele cumprida.
 - d) O requerimento de extradição terá sempre por fundamento a existência de um tratado entre dois países envolvidos.
- 20) No âmbito do direito internacional, a soberania, importante característica do palco internacional, significa a possibilidade de
- a) igualdade entre os países, independentemente de sua dimensão ou importância econômica mundial.
 - b) um Estado impor-se sobre outro.
 - c) a Organização das Nações Unidas dominar a legislação dos Estados participantes.
 - d) celebração de tratados sobre direitos humanos com o consentimento do Tribunal Penal Permanente.

GABARITO DO SIMULADO – DIREITO INTERNACIONAL

O gabarito para as questões apresentadas pode ser encontrado na comunidade Prof. Alexandre Mattos no Orkut (<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=59667553>).

As justificativas das respostas apresentadas se encontram no livro Direito Internacional – Exame de Ordem, de autoria do professor Alexandre Magalhães de Mattos, publicado pela editora Espaço Jurídico.

ALEXANDRE M. MATTOS